

DECRETO N° 2.025, DE 28 DE JULHO DE 2025.

(Inclui os artigos 6º-A, 6º-B e 6º-C ao Decreto nº 2.007, de 26 de maio de 2025).

Dr. Wagner José Schmidt, Prefeito de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a jornada e as horas extras dos servidores públicos do Município;

CONSIDERANDO os Termos de Ajuste de Condutas do Procedimento de Acompanhamento Judicial n° 000304.2009.15.006/1-81 do MPT/PRT 15^a Região/PTM Ribeirão Preto;

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 1.298, de 15 de julho de 2020, o qual institui o ponto eletrônico SREP, regulamenta o controle de frequência e dá outras providências;

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 2.097, de 12 de julho de 2024, que dispõe sobre a responsabilidade dos Diretores e demais responsáveis pelos Departamentos e Setores pela prática de horas extras por servidores públicos e dá outras providências;

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 2.007, de 26 de maio de 2025, que dispõe sobre os itinerários e horários para transporte de pacientes do Município pelo Departamento Municipal de Saúde para tratamento e consultas; **DECRETA:**

Artigo 1°. O Decreto nº 2.007, de 26 de maio de 2025, passa a vigorar acrescida do Artigo 6°-A com a seguinte redação:

"Artigo 6°-A. O motorista designado para as linhas fixas deverá chegar ao Almoxarifado durante os 15 (quinze) minutos anteriores ao horário previsto para o início de sua viagem do dia.

§ 1°. Ao término de sua viagem do dia, o motorista designado para as linhas fixas deverá chegar ao Almoxarifado e registrar seu horário de saída do trabalho quando tiver cumprido a sua





carga horária de trabalho diária, sendo nove horas diárias de segunda-feira a quarta-feira e oito horas e meia diárias de quinta-feira e sexta-feira.

- § 2º. Se, ao término de sua viagem do dia, o motorista designado para as linhas fixas ainda não tiver cumprido a sua carga horária de trabalho diária, permanecerá no Almoxarifado à disposição do Chefe da Frota, executando viagens que sejam essenciais ao serviço público, até que seja cumprida a sua carga horária de trabalho diária, limitado ao tempo disposto no parágrafo anterior.
- § 3°. Considerando as atividades externas, impossibilidade de marcação de intervalo intrajornada no relógio de ponto bem como o recebimento de diária de viagem, será permitida a préassinalação do intervalo intrajornada de 01h30min (uma hora e trinta minutos) do motorista designado para as linhas fixas, na forma do § 2° do artigo 74 da CLT.
- Artigo 6°-B. O motorista designado para as linhas móveis deverá iniciar sua carga horária de trabalho diária às 07h00min ou em horário determinado pelo Chefe da Frota, conforme a necessidade e programação do Departamento Municipal de Saúde do dia.
- § 1°. Ao término de sua última viagem do dia, o motorista designado para as linhas móveis deverá chegar ao Almoxarifado e registrar seu horário de saída do trabalho quando tiver cumprido a sua carga horária de trabalho diária, sendo nove horas diárias de segunda-feira a quarta-feira e oito horas e meia diárias de quinta-feira e sexta-feira.



§ 2°. Se, ao término de sua última viagem do dia, o motorista designado para as linhas móveis ainda não tiver cumprido a sua carga horária de trabalho diária, permanecerá no Almoxarifado à disposição do Chefe da Frota, executando viagens que sejam essenciais ao serviço público, até que seja cumprida a sua carga horária de trabalho diária, limitado ao tempo disposto no parágrafo anterior.

§ 3°. Considerando as atividades externas, impossibilidade de marcação de intervalo intrajornada no relógio de ponto bem como o recebimento de diária de viagem, será permitida a préassinalação do intervalo intrajornada de 01h30min (uma hora e trinta minutos) do motorista designado para as linhas móveis, na forma do § 2° do artigo 74 da CLT.

Artigo 6°-C. Os motoristas que vierem a praticar fraude no registro da frequência ou quaisquer outros atos contrários às normas deste Decreto ou da CLT receberão as sanções na forma da lei, através de sindicância e/ou processo administrativo disciplinar."

Artigo 2º: Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

SÃO JOAQUIM DA BARRA, 28 DE JULHO DE 2025.

Dr. Wagner José Schmidt Prefeito de São Joaquim da Barra